



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

E M E N T A

PROCESSO TC Nº 18397/19

*PODER EXECUTIVO ESTADUAL » AUTARQUIA » PBPREV -PARAÍBA
PREVIDÊNCIA » ATOS DE PESSOAL » PENSÃO VITALÍCIA »
LEGALIDADE » CONCESSÃO DE REGISTRO AO ATO.*

ACÓRDÃO AC2-TC 01481/20

RELATÓRIO

01. PROCESSO: TC- 18397/19

02. ORIGEM: PBPREV - Paraíba Previdência

03. INFORMAÇÕES SOBRE A BENEFICIÁRIA E O ATO:

03.01. NOME: FRANCISCA ALVES DA SILVA

03.02. IDADE: 67 anos, fls. 39

03.03. DA PENSÃO:

03.03.01. NATUREZA: Pensão Vitalícia

03.03.02. FUNDAMENTO: Art. 40, §7º inciso II e §8º da CF/88 (Redação da EC 41/2003).

03.03.03. ATO: Portaria-P Nº 435/19, fls. 31.

03.03.04. AUTORIDADE RESPONSÁVEL: YURI SIMPSON LOBATO - Presidente

03.03.05. DATA DO ATO: 03 de setembro de 2019, fls. 31

03.03.06. ÓRGÃO QUE PUBLICOU O ATO: Diário Oficial do Estado da Paraíba

03.03.07. DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO: 17 DE SETEMBRO DE 2019, fls. 32.

04. INFORMAÇÕES SOBRE O FALECIDO:

04.01. NOME: CÍCERO ELIOTÉRIO DA SILVA

04.02. IDADE: 69 anos, fls. 04.

04.03. CARGO: VIGILANTE

04.04. LOTAÇÃO ANTES DA INATIVIDADE: Secretaria do Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

04.05. MATRÍCULA: 127.801-1

04.06. DATA DO ÓBITO: 15 DE DEZEMBRO DE 2018; FLS. 36.

05. RELATÓRIO DA AUDITORIA:

O Órgão Técnico deste Tribunal, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, fls. 51/54, onde destacou a necessidade da notificação da autoridade previdenciária, para que tomasse as medidas cabíveis para sanar as irregularidades citadas no relatório da Auditoria.

Devidamente notificada a autoridade previdenciária, anexou aos autos defesa através do documento nº 00455/20, no exatos termos sugeridos pela Auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

À vista de todo o exposto, concluiu a Auditoria que a penção em análise reveste-se de legalidade, razão por que se sugere o registro do atos concessório formalizado pela Portaria de fls. 31.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Parecer oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da pensão em apreço.

VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de Pensão Vitalícia da senhora Francisca Alves da Silva, formalizado pela Portaria-P Nº 435/19-fls. 18, estando correta a fundamentação, bem como os cálculos da referida pensão.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC- 18397/19, ACORDAM os MEMBROS da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de Pensão Vitalícia da senhora Francisca Alves da Silva, formalizado pela Portaria-P Nº 435/19-fls. 18, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
2ª Câmara do TCE-PB – Sessão Virtual
João Pessoa, 04 de agosto de 2020.

Conselheiro André Carlo Torres Pontes - Presidente em Exercício da 2ª Câmara

Conselheiro em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos - Relator

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 6 de Agosto de 2020 às 09:10



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 6 de Agosto de 2020 às 08:48



Cons. em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos
RELATOR

Assinado 6 de Agosto de 2020 às 10:51



Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO